



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC

TERMO DE ADESÃO Nº 001/2016

**TERMO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA
BAHIA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA, A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DA BAHIA, O GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE JUSTIÇA,
DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL, A SECRETARIA DE SEGURANÇA
PÚBLICA E A FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE.**

O ESTADO DA BAHIA por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, doravante denominado **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com sede na 5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº. 650, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.100.722/0001-60, representado neste ato pela sua Presidente Excelentíssima Senhora Desembargadora **Dra. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO** e pelo Juiz Titular da 5ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Salvador, Excelentíssimo Senhor Juiz **NELSON SANTANA DO AMARAL**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, doravante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, com sede na 5ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 750, nesta Cidade, inscrita no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça **Dr. MÁRCIO FAHEL** e pelo Promotor de Justiça da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Salvador, **Dr. EVANDRO LUÍS SANTOS DE JESUS**, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**, doravante denominada **DEFENSORIA PÚBLICA**, com sede na Avenida Ulisses Guimarães, nº 3.386, Edif. MultiCab Empresarial, bairro de Sussuarana, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 07.778.585/001-14, neste ato representado pelo Defensor Geral **Dr. CLERISTON CAVALCANTE DE MACEDO** e pelo Defensor Público da 2ª Defensoria Pública Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador, **Dr. BRUNO MOURA DE CASTRO** e o **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, através da **SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, doravante denominada **SJDHDS**, com sede na 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, Centro Administrativo da Bahia, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob nº 21.730.529/0001-30, neste ato representado pelo Secretário de Estado **Sr. JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS**, a **FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, doravante denominada **FUNDAC**, com sede na Rua das Pitangueiras, nº 26A, Matatu de Brotas, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob nº 15.257.025/0001-42 representada neste ato por sua Diretora Geral **Sra. REGINA CELESTE BEZERRA AFFONSO DE CARVALHO**, a **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**, doravante denominada **SSP**, com sede na 4ª Avenida, nº 430, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob nº 13.937.149/0001-43, neste ato representado pelo Secretário de Estado **Sr. MAURÍCIO TELES BARBOSA** e pela Delegada Titular da Delegacia do Adolescente Infrator **Dra. CLAUDENICE TEIXEIRA CERQUEIRA MAYO**.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC

Considerando o princípio da prioridade absoluta a criança e do adolescente, estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal;

Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei 8.069/1990, definiu em seu artigo 86 que a política de atendimento dos direitos da criança e do a adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando o disposto no artigo 88, inciso V, da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece como diretriz da política de atendimento da população infanto-juvenil a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

Considerando a necessidade de observância dos princípios da descentralização, desjudicialização, integração e municipalização do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, resultantes do artigo 204, inciso I, da Constituição da República, bem como do artigo 88 e seus incisos, artigo 86 e artigo 94 da Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a necessidade de implementação de uma efetiva política de proteção aos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, nos moldes do previsto pela Lei Federal nº 8.069/1990; Lei Federal nº 12.594/2012; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e Política Nacional de Assistência Social (Lei Federal nº 12.435/2011), em atendimento ao disposto nos artigos 204, 226 e 227, todos da Constituição Federal;

Considerando que, na forma do disposto no artigo 4º, parágrafo único, alíneas “b” e “d” da Lei nº 8.069/1990, a garantia de prioridade compreende, dentre outros fatores, a precedência de atendimento nos serviços públicos e de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos às áreas relacionadas com a proteção à criança e ao adolescente, o que importa na previsão de verbas orçamentárias para fazer frente às ações e programas de atendimento voltados à população infanto-juvenil (conforme artigos 88, inciso II; 90; 101; 112; 129 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/1990);

Considerando que a aludida garantia de prioridade também se estende aos adolescentes que praticam atos infracionais, para os quais o artigo 228 da Constituição Federal, em conjugação com os artigos 103 e 125 da Lei nº 8.069/90, estabelecem um tratamento diferenciado e especializado;

Considerando que o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo estabeleceu como meta de qualificação do atendimento socioeducativo, a implantação de Núcleos de Atendimento Integrado (NAI) ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional em todas as Capitais, Distrito Federal e municípios das Regiões metropolitanas;

RESOLVEM firmar o presente **TERMO DE ADESÃO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDAC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de compromisso entre os partícipes, objetivando adesão à proposta de integrar o rol de instituições que irão compor o NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – NAI ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, a ser implantado no município de Salvador/BA, dando cumprimento ao inciso V, do artigo 88, da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e da Adolescente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – NAI, a ser construído com recursos federais, mediante convênio entre o Estado da Bahia, através da Fundação de Criança e do Adolescente – FUNDAC e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos, reunirão em um só espaço físico serviços especializados e multidisciplinares para o atendimento de adolescentes em situação de conflito com a lei, fornecidos pelos partícipes: Juizado da Infância e Juventude, Promotoria de Justiça, Defensoria Pública, Delegacia do Adolescente Infrator, Fundação da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Caberá às instituições e órgãos partícipes:

- I – zelar pelo tratamento humanizado e digno do adolescente em conflito com a lei e de seus familiares;
- II – disponibilizar recursos humanos, bem como suporte técnico e material necessários à implementação e manutenção do NAI;
- III – garantir, se necessário, a criação de sistema informatizado com a finalidade de viabilizar o atendimento integrado entre os parceiros;
- IV – observar com rigor o cumprimento do regimento interno e do fluxo de atendimento integrado;
- V – adotar as medidas administrativas cabíveis visando à efetiva implementação de políticas focadas na promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de adolescentes;
- VI – prestar apoio mútuo para a consecução dos objetivos do presente Termo de Cooperação;
- VII – favorecer e apoiar a participação dos servidores e funcionários em atuação no NAI em eventos e cursos destinados à qualificação funcional e à sensibilização dos atores que compõem a rede de atendimento ao adolescente em conflito com a lei;
- VIII – realizar eventos destinados a debater as melhores formas de atender adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais em âmbito estadual e municipal, procurando destacar o papel da rede municipal e estadual de atenção à criança e ao adolescente na efetivação dos direitos e na implementação de políticas voltadas à prevenção e ao atendimento integral do adolescente acusado da prática de ato infracional e de sua família;

PARÁGRAFO ÚNICO - O ajuste ora celebrado deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para a execução do objeto do presente Termo, não haverá transferência de recursos entre os partícipes, arcando cada qual com as despesas decorrentes da execução de seus próprios serviços. As



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC

ações que eventualmente implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão terá vigência a partir da data da sua assinatura, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, renovável sucessivamente por iguais períodos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo poderá ser alterado em parte, mediante Termo Aditivo, exceto no tocante ao seu objeto, devendo os casos omissos serem resolvidos pelos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO

Este instrumento terá eficácia a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou litígios decorrentes do presente instrumento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Bahia.

E por estarem justos e acordados, com as cláusulas e condições estabelecidas e para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam o presente Termo de Adesão, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Salvador– BA, 22 de maio de 2016.

Des. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia

Nelson Santana do Amaral
Juiz Titular
5ª Vara da Infância e Juventude de Salvador

Márcio Fahel
Procurador Geral de Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC

Evandro Luís Santos de Jesus

Promotor de Justiça

5ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Salvador

Cleriston Cavalcante de Macedo
Defensor Público Geral

Bruno Moura de Castro

Defensor Público

2ª Defensoria Pública Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador

José Geraldo dos Reis Santos

Secretário de Estado

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

Regina Celeste Bezerra Affonso de Carvalho

Diretora Geral

FUNDAC

Maurício Teles Barbosa

Secretário de Estado

Secretaria de Segurança Pública

Claudenice Teixeira Cerqueira Mayo

Delegada Titular

Delegacia do Adolescente Infrator

TESTEMUNHAS:

Januza D. Souza Zasso

Ignês Natália S.R. Nunes Prater



PORTARIA Nº 127 DE 28 DE MARÇO DE 2016

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, tendo em vista os elementos constantes dos Processos Administrativos abaixo relacionados, resolve DEFERIR aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal desta Secretaria, o direito ao Abono de Permanência, com base no § 19, do artigo 40 da Constituição Federal.

Processo	Nome	Matrícula	Cargo	Início
08752020150	Ademir S. Santos do Carmo	131290778	Agente de Tributos	04/04/2015
02329420150	Francisco Evandro Moreira Junior	131518361	Téc. Administrativo	27/01/2016
11632120150	Maria Eliene Souza Mascarenhas	132250577	Agente de Tributos	04/10/2014
22051620150	Marysio Bezerra de Almeida	131538833	Auditor Fiscal	16/01/2016

PORTARIA Nº 128 DE 28 DE MARÇO DE 2016

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, tendo em vista os elementos constantes do Processo Administrativo abaixo relacionado, resolve DEFERIR ao servidor integrante do Quadro de Pessoal desta Secretaria a Desavervação de Tempo de Serviço.

Processo	Servidor	Matrícula	Cargo	Local	Início	Fim
17886020147	Aldorio Meireles Neto	301.993.915	Auditor Fiscal	Centro Federal de Educ. Tec. Celso S. Fonseca	21/01/1966	31/12/1968

ROBERTO LUIZ PIMENTEL LEITNER
Diretor Geral

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA REGIÃO NORTE
INSPETORIA FAZENDÁRIA DE JUAZEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 013/2016

O Inspetor Fazendário da INFAT - Juazeiro, no uso de suas atribuições, na forma do art. 108, III do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal aprovado pelo Decreto 7.629/99, intima o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) a comparecer (em) à Inspeção Fazendária de JUAZEIRO, localizada à RUA CEL. APRIGIO DUARTE, nº 03, Bairro CENTRO, na cidade de JUAZEIRO-BA, no prazo de 48h (QUARENTA E OITO HORAS), a contar do 3º dia da publicação deste Edital, Livro Registro de Entradas, Livro Registro de Saídas, Notas Fiscais de Entrada, Notas Fiscais de Saída, Documento de ICMS Substituição Tributária e DMA.

CNPJ	Razão Social	Período
22257580001-31	VC AUDIO PLAY LTDA	15/04/15 a 31/12/15
239372100001-06	WILTON ROBERTO CARVALHO DE ALMEIDA	08/01/16 a 13/01/16
238291080001-97	TIAGO NUNES DA SILVA MATERIAIS METÁLICOS	11/12/15 a 23/01/16

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – AGERBA

RESUMO DA APOSTILA AGERBA - DQS Nº 929/2016

Processo nº. 0901.2016/002959
Concedente: AGERBA - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
Concessionária: Emtram - Empresa de Transportes Macaúbense Ltda
Objeto: Cancelamento, na linha 214, do prolongamento com serviço padrão comercial 214A - Queimada Nova x Contendas x Ibitipanga.
Data da assinatura: 21 de março de 2016.

EDUARDO HAROLD MESQUITA PESSÔA
Diretor Executivo

RESUMO DA APOSTILA AGERBA - DQS Nº 930/2016

Processo nº. 0901.2016/002959
Concedente: AGERBA - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
Permissionária: Emtram - Empresa de Transportes Macaúbense Ltda
Objeto: Cancelamento, na linha 044, do reforço de horários com serviço padrão comercial 044R2 - Vitória da Conquista x Cascavel.
Data da assinatura: 21 de março de 2016.

EDUARDO HAROLD MESQUITA PESSÔA
Diretor Executivo

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO

Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia – CERB

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

Extrato de Convênio nº. 008/2016. Partes: CERB e Município de ITAJUIPE - BA. Objeto: Transferência de 60m tubo ferro FG 4" e 1.746m de tubo PVC PN80 DN 100mm, para a localidade Sede. Prazo: 03 meses.

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA

AVISO AOS AÇIONISTAS

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - Embasa, CNPJ nº 13.504.675/0001-10, informa aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sua Sede Administrativa, situada na 4ª Avenida, nº 420, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, Bahia, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 5.404/76, relativos ao Exercício findo em 31/12/2015. Salvador, 23 de março de 2016. Cassio Ramos Peixoto - Presidente do Conselho de Administração.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RETIFICAÇÃO DA PUB. DO DIA 04.12.2015 - CONV. Nº 034.2015

Onde se lê: Recursos. Valor total: R\$ 19.999.999,04 (Dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quatro centavos).

Leia-se: Recursos. Valor total: R\$ 19.999.997,04 (Dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quatro centavos).

Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC

Resumo do termo de adesão nº 001/2016. Partes: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública e a Fundação da Criança e do Adolescente. Objeto: O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de compromisso entre os participantes, objetivando adesão à proposta de integrar o rol de instituições que irão compor o NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NAI ao Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional, a ser implantado no município de Salvador/BA, dando cumprimento ao inciso V do artigo 88, da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Vigência: a partir da data da sua assinatura, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, renovável sucessivamente por iguais períodos.
Gabinete da Diretoria Geral em 28 de março de 2016.

Regine Afonso de Carvalho
Diretora Geral/ FUNDAC

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDAC, no uso de suas atribuições, RESOLVE:
Fazer a designação abaixo para substituição do respectivo titular em gozo de férias.

PORTARIA	DESIGNADO	TITULAR	CARGO	PERÍODO
69	MARIA REGINA DOS SANTOS	JOELMA MARIA DANTAS DE LIMA	DAI-4	21.03.16 a 04.04.16